

---

## O que é, o que importa e o que vale – desenvolvimento e diferença

What it is, what matters, and what it's worth – development and difference.

Qué es, qué importa y qué vale: desarrollo y diferencia.

Henri Acselrad<sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0001-5774-5220>

---

<sup>1</sup> Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, email. [hacsel@uol.com.br](mailto:hacsel@uol.com.br)

Recebido em: 30/08/2025

Aceito para publicação em: 30/09/2025

---

### Resumo

O texto problematiza o universo mental do “desenvolvimento” como matéria a ser pensada, buscando desvelar dimensões epistêmicas de tal noção, assim como os “efeitos de verdade” que ela pressupõe. Em diálogo com a Sociologia Pragmática, o autor busca mostrar que os resultados ditos “secundários” e “compensáveis” dos grandes projetos monoculturais, minerários e energéticos, como deslocamentos compulsórios de população, desestruturação de ecossistemas, supressão das bases territoriais de povos indígenas e tradicionais, privatização de fato de espaços não-mercantis da atmosfera, rios e sistemas vivos, com suas consequências danosas sobre o clima e a sociobiodiversidade, são centrais e constitutivos dos processos pelos quais o capitalismo extrativo expande suas fronteiras socioterritoriais.

**Palavras-chave:** desenvolvimento, conflitos ambientais, conhecimentos tradicionais, práticas espaciais, uso comum

---

### Abstract

The text problematizes the mental universe of “development” as a thinkable matter, searching to unveil epistemic dimensions of this notions, as well as the “effects of truth” it presupposes. In dialog with Pragmatic Sociology, the author sustain that the so-called “secondary” and “compensable” results of huge monocultural, mining and energy development projects, as forced population displacements, ecosystems destructuring, suppression of territorial bases for indigenous and traditional people, privatization “de facto” of common spaces of atmosphere, waters and life systems, with its damagable consequences on climate and sociobiodiversity, are central and constitutives of processes through which extractive capitalism expands its socioterritorial frontiers.

**Keywords:** development, environmental conflicts, traditional knowledges, spatial practices, common usage

---

### Resumen

El texto problematiza el universo mental del “desarrollo” como materia a ser pensada, buscando desvelar dimensiones epistemicas de tal noción, assim com los “efectos de verdad” que ella presupone. En diálogo con la Sociología Pragmática, el autor busca mostrar que los resultados dichos “secundarios” y “compensables” de los grandes proyectos monoculturales, minerarios y energeticos, como desplazamientos compulsorios de poblacionees, desestruturación de ecosistemas, supresión de las bases territoriales de pueblos indígenas y tradicionales, privatización de hecho de espacios no-mercantiles de la atmosfera, de los rios y sistemas vivos, con sua consecuencias dañosas sobre el clima y a sociobiodiversidad, son centrales y constitutivos de los procesos por los cuales el capitalismo extrativo expande sus fronteras socioterritoriais.

**Palabras clave:** desarrollo, conflictos ambientales, conocimientos tradicionales, practicas espaciales, uso comum.

---

### Introdução

Podemos situar a discussão sobre o desenvolvimento em dois campos discursivos: a) o do debate que assume os hábitos de pensamento das “teorias do desenvolvimento” como um saber estabelecido; e b) o do debate que problematiza o universo mental do fato “desenvolvimento” como matéria a ser pensada, com um sentido que não está dado e que precisa ser produzido pelo trabalho reflexivo. A

primeira abordagem é mais operativa, movida pela busca da caracterização de uma determinada tecnologia do social, dos mecanismos de promoção da “deliberada aceleração dos processos de mudança social e estilos de vida”. A segunda é uma abordagem mais histórica, que busca desvelar dimensões genealógicas e epistemológicas da noção de desenvolvimento com os “efeitos de verdade” que ela pressupõe.

A perspectiva operativa pensa o desenvolvimento como uma engenharia social destinada a ativar a economia vista como uma máquina de crescimento. Os projetos ditos de desenvolvimento, justificados em nome da “supressão” do fosso entre economia e sociedade, têm, entretanto, contribuindo, com frequência, para produzir este fosso. Assim é que o se tem nomeado “desenvolvimento do país” tem se configurado, em particular desde a instauração das reformas liberais, como o desenvolvimento da capacidade de a economia do país atrair capitais; e que, para fazê-lo, configurou-se um modelo que supõe-se inelutável nas condições da globalização – um capitalismo concentrador de recursos de várias ordens, inclusive territoriais. No debate público em geral, alega-se que “desenvolvimento é a união de todas as classes sociais para competir internacionalmente com as demais nações” (Bresser 2006), ou que “um governante é bem sucedido, do ponto de vista do seu povo e do ponto de vista internacional, se logra taxas de crescimento maiores do que a dos países julgados seus concorrentes diretos” (idem). Para os agentes das tecnologias sociais correntes do “desenvolvimento”, seus efeitos colaterais indesejáveis – tais como deslocamentos compulsórios de população, desestruturação de ecossistemas, supressão das bases territoriais de povos tradicionais, privatização de fato de espaços não-mercantis da atmosfera, rios e sistemas vivos - seriam secundários e compensáveis.

Na perspectiva dos críticos que problematizam a própria noção de desenvolvimento, por sua vez, tais efeitos - ditos “secundários” - seriam mesmo centrais e, portanto, constitutivos dos processos pelos quais o capitalismo expande

suas fronteiras socioterritoriais. E, ademais, todos estes esses processos estariam associados, segundo indicam pesquisas empíricas, à produção ou reprodução de desigualdades. Assim é que, para correntes mais reflexivas de pensamento, o desenvolvimento é visto como uma formação discursiva etnocêntrica e tecnicista que relaciona formas de conhecimento com técnicas de poder, tratando pessoas e culturas como abstrações (Escobar, 2014). Para Celso Furtado, “a ideia de desenvolvimento econômico é um mito através do qual tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como o são os investimentos, as exportações e o crescimento” (Furtado, 1973). O desenvolvimento integraria assim um projeto etnocêntrico que supõe, na condição do subdesenvolvimento, a presença paradoxal de “impulsos burgueses e ferramentas paleolíticas”, tal como ironiza o antropólogo Marshall Sahlins (1978:41). Como registra a literatura historiográfica, o processo histórico de configuração da pobreza pode ser pontuado segundo diferentes momentos do processo de modernização: no momento a) comunidades que vivem em condições de relativa frugalidade têm por base uma cultura da suficiência; no momento b) a modernização tende a produzir pressão sobre a base de recursos, desfazendo as condições de exercício da frugalidade; no momento c) a instauração de uma cultura do consumo configura, por fim, uma pobreza propriamente mercantil e monetária (Sachs, 1989). Processos similares foram descritos pela economista Ester Boserup (1987) em sua análise dos sistemas agrários africanos auto-regulados, ameaçados como estes o foram em sua capacidade reprodutiva quando se lhes foi retirada, pela violência colonial, a possibilidade de utilização das áreas de pousio, incorporadas, na lógica da modernização, aos cultivos comerciais.

Tais visões críticas são repelidas, por certo, pelo pensamento desenvolvimentista convencional que vê nelas sinais de regressismo, de idealização do atraso e da pobreza. São inúmeros, porém, os documentos históricos que ilustram

a leitura que fizeram os agentes históricos do “desenvolvimento” – mesmo aquele *avant la lettre* - quando identificavam, por exemplo, as dificuldades de introduzir a agricultura comercial em áreas onde vigorava a abundância produzida pelos sujeitos do cultivo da diversidade biológica – fossem eles pequenos produtores, caboclos, comunidades e povos tradicionais.

No material recolhido pela esclarecedora pesquisa documental realizada por Castro e Galetti (1994), os agentes envolvidos na identificação das condições de implantação da agricultura em grande escala no campo brasileiro eram explícitos: a autosuficiência camponesa e de comunidades tradicionais era vista como o principal obstáculo. Fosse eles viajantes ou autoridades de governo, estes sujeitos viam no “conforto” e na “fartura” com que viviam os caboclos do sertão do país o sinal de sua indisposição ao assalariamento na grande fazenda. Senão vejamos:

“Rio muito piscoso, muita caça, coco com fartura, qualquer dia da semana em que um dos homens do sítio trabalhe basta para que corra a semana no mais suave e confortável descanso,(...) permanecendo, por isso, em grande parte, o país inculto e a sua população ribeirinha sem o menor pecúlio para qualquer cometimento” (Simoens da Silva, A. Cartas Mattogrossenses, 1927, p. 24, apud Castro e Galetti, 1994),

“... é fácil viver nestas plagas ubertosas porque as raças mestiças tão comuns aqui herdaram os hábitos inertes e descuidados de seus antepassados índios e africanos: apenas alguns têm ambição de erguer-se da vida animal (...); para o Estado são verdadeiro zero, quase nada trazem ao mercado e ainda menos levam para casa; vivem ao deus dará, satisfeitos porque têm provisões para um dia e palhoça que os abrigue. Não de morrer à medida que da terra se forem apossando gentes mais industriosas. Pois que morram – é o único serviço que podem prestar ao país”. (Smith, H. Do Rio de Janeiro a Cuyaba: notas de um naturalista, 1922, p. 43, apud Castro e Galetti, 1994).

Ora, estas comunidades aqui referidas na literatura historiográfica são as mesmas que, até os dias de hoje, vêm sendo correntemente instabilizadas pelo avanço da fronteira do grande negócio agropecuário e mineral ou pelas grandes obras de infraestrutura. Convém então perguntar: como estariam elas sendo hoje

representadas pelos agentes contemporâneos do desenvolvimento? Vejamos, a seguir, como estas representações configuram conflitos com as populações locais em diferentes dimensões cognitivas, temporais e espaciais.

### **Dimensão cognitiva – a desqualificação do saber tradicional**

Via de regra, às vítimas de instabilização ambiental provocada por projetos de desenvolvimento, propõe-se - segundo lógica explicitamente invertida - programas ditos de “educação ambiental”: O Ibama estaria exigindo como condicionante do licenciamento de empreendimentos de exploração de petróleo e gás natural, projetos de educação ambiental, entendidos como ‘medida mitigatória’ e destinados a fomentar a aquisição de conhecimentos e habilidades que estimulem a gestão participativa, com conhecimento de causa, nos processos decisórios relativos ao uso de recursos naturais” (Marsico et alii, 2008: 21). Tratar-se-ia, pois, de transferir competências para as populações locais, de modo a que as mesmas pudessem “enfrentar os riscos e danos socioambientais dos empreendimentos”.

Ora, no que diz respeito a vazamentos, contaminação, desmatamento, destruição de fauna aquática etc., os pescadores artesanais atingidos pela exploração petrolífera, por exemplo, têm demonstrado não necessitar propriamente de capacitação. Ao contrário, demonstram manejar grandes conhecimentos de uma ciência ambiental espontânea por eles produzida, reivindicando, em geral sem sucesso, serem, a este respeito, ouvidos pelos responsáveis pelas grandes transformações socioecológicas. Tomemos o caso do conflito envolvendo os pescadores de Magé – no interior da Baía de Guanabara - ante os impactos da implantação de dutos submarinos iniciada na região em 2007. Eis os relatos das mudanças socioecológicas observadas empiricamente pelos pescadores e colhidos em entrevistas: “com as explosões realizadas no fundo da Baía, peixes migratórios não entram na baía e peixes estuarinos se afastam”. Outros problemas foram o

aterramento e assoreamento de bocas de rios, destruição de currais e mortandade de peixes. Segundo os pescadores, houve ilegalidade, pois

“por estar o terminal há menos de 10 km da APA teria necessidade de audiência pública; e por ser próximo de APAs municipais, uma resolução do Conama que virou lei diz que toda a área que tem uma certa relevância pesqueira tem que ter uma consulta pública; mas houve apenas uma apresentação do projeto na Alerj”; “postes de ferro instalados com cerca de 50 metros de intervalo entre cada um, afixados em meia água - quando alguma embarcação passa por eles com maré cheia, pode haver grave acidente – o gerente do consórcio falou que não sabia da existência dos postes; no Eia-Rima, isso não estava previsto”; “quando foi feito o teste nós discutimos a trepidação do som passando o gás; nós sentimos uma diferença no local onde passa o duto; parece que o peixe não reboja, ele não faz sinal – acredito (consideração da incerteza) que é por causa da irradiação da temperatura baixa (...) toda intervenção causa impacto; aqui reviraram a lama e soltou um material parecido com óleo. Chamei a empresa, ela veio rápido, chegou um helicóptero, veio um pessoal, colheu este material, mas até hoje tá lá no CENPES”; pescadores enviaram ofícios à FEEMA e às empresas, para evitar a explosão de uma pedra submarina que não estava prevista no EIA-RIMA (promovendo o esforço fiscalizatório, em ausência do Estado) (Giffoni Pinto, 2010).

Portanto, estes pescadores demonstram deter conhecimentos oceanográficos, biológicos, legais e cartográficos que são por eles acionados ao longo do processo de transformação socioecológica de seus espaços de vida e trabalho. O saber dos pescadores é, porém, desconsiderado em benefício da viabilização, a todo custo, de um projeto de apropriação dos recursos que pressupõe a exclusão dos grupos sociais não dominantes, assim como a inviabilização de sua reprodução material e identitária. Isso é tão mais significativo que os conhecimentos das populações tradicionais assim desconsiderados são aqueles que foram historicamente aplicados na construção social dos ecossistemas de que dependem estas populações.

**Dimensão temporal – desconsideração da diversidade de concepções de tempo e temporalidades**

A “sustentabilidade”, segundo o glossário apresentado em certos estudos preparatórios de grandes projetos, é definida como “a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana” (RIMA de Belo Monte, 2009). Ora, os grandes projetos, como barragens e outros, constituem um objeto técnico de conhecido e indiscutível poder de ruptura de continuidades – da continuidade de rios, por suposto, mas também de modos de vida, de cadeias tróficas, de dinâmicas reprodutivas de seres vivos em geral e de grupos humanos, em particular. Tais projetos, portanto, são, por excelência, fatores de destruição da “sustentabilidade”, se considerarmos os próprios termos definidos pelo glossário acima mencionado.

Apesar disso, os mesmos referidos documentos, elaborados por consultorias contratadas pelas empreiteiras construtoras de barragens, afirmam a pretensão “do empreendedor contribuir com o investimento em alternativas de sustentabilidade econômica, social e ambiental para as populações que tiverem suas atividades afetadas” (RIMA de Belo Monte, p. 161). Ora, a continuidade a que a noção de sustentabilidade parece remeter não é, ao contrário do que sustentam usualmente Relatórios de Impacto Ambiental, simplesmente “dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade” cada um de per si. A continuidade a que a noção de sustentabilidade deveria remeter diz respeito à concretude das práticas espaciais específicas dos diferentes grupos sociais – ou seja, àquelas que condensam, ao mesmo tempo e de forma indissociável, dimensões territoriais e culturais, materiais e simbólicas da existência das populações. Estas são, pois, as dimensões de cujo entrelaçamento e ação recíprocos depende a reprodução sociocultural e material dos grupos atingidos. Isto posto, os ditos Planos de Sustentabilidade Econômica da População Indígena, por várias vezes mencionados na retórica dos EIA-RIMAs, de pouco servem para assegurar a continuidade das práticas socioespaciais dos povos indígenas afetados pela barragem. E com maior razão ainda, se visarem transformar

os indígenas em “agentes ambientais” ou “mão-de-obra capacitada” para o eventual trabalho remunerado sob controle de grupos não-indígenas.

A retórica ambientalizada do RIMA não consegue, afinal, esconder o fato que a sustentabilidade do grande projeto depende da destruição da sustentabilidade das populações afetadas. Ou seja, nos próprios termos dos glossários mencionados, a continuidade econômica e ambiental do empreendimento se alimenta da descontinuidade econômica, social, ambiental e cultural dos grupos sociais atingidos. Tudo o que o grande projeto pode fazer é buscar oferecer uma compensação das perdas absolutas, intangíveis e incomensuráveis que serão impostas a estes grupos. É indispensável sublinhar, porém, que tal compensação será a tradução monetária ou material de experiências e valores absolutamente incomensuráveis. Dada à natureza de tais perdas, os paredões, brejos, veredas, lagoas marginais etc., quando submersos, farão submergir também os fluxos materiais e imateriais com os quais os grupos sociais atingidos desde sempre construíram suas identidades.

### **Dimensão espacial – a ecologia das práticas espaciais tradicionais**

Incorporando as críticas ao caráter disruptivo dos projetos de desenvolvimento, a retórica desenvolvimentista passou, recentemente, a preocupar-se com “relações, interações e conexões”. Assim como o desenvolvimento tornou-se “territorial” – com a consideração da espacialidade própria aos atores sociais envolvidos na construção do território -, os laços comunitários passaram a ser vistos como “capital social”, as interações ecossistêmicas tornam-se “capital natural”, a avaliação dos impactos ambientais tornou-se “estratégica”, sendo estudada ao longo de uma bacia em suas dinâmicas interativas e cumulativas – a produção de alimentos foi ecologizada, pensada em suas interações e conexões espaciais e temporais. Eis que as áreas de uso comum também foram, de algum modo, revistas em sua condição disseminadamente pré-concebida como de “ineficiência e atraso”. Em lugar de Garret Hardin com sua Tragédia das Áreas Comuns (1968), cita-se doravante Elinor

Orstom (1990), com seu destaque à função social das formas de “governança comunitária” e aos conhecimentos tradicionais que nelas se reproduzem. O prêmio Nobel de Economia atribuído, em 2009, a Elinor Ostrom, cientista política que sublinhou o papel das formas coletivas de gestão dos recursos de uso comum, revelou o aparecimento de uma certa preocupação, nos meios do pensamento hegemônico, com a desestruturação das formas sociais e institucionais, como aquelas desenvolvidas, nos interstícios das formas hegemônicas da produção monocultural exportadora nos países da América Latina, por comunidades indígenas e ribeirinhas, por seringueiros, geraizeiros, quilombolas, que exploram em comum fundos de pasto, faxinais, fechos de pasto e outros espaços de interações reconhecidas como capazes de dar resposta aos efeitos homogeneizadores, poluentes e degradantes que as monoculturas e indústrias intensivas em recursos naturais produzem sobre o ambiente.

Assim é que o próprio Banco Mundial passou, a partir de 1999, a dar indicações de estar revendo suas críticas ao papel das áreas não submetidas à propriedade privada, como exemplificado pelo relatório a seguir citado: “No passado, a posse comunal era frequentemente considerada economicamente inferior e equivalente a produção coletiva. Propunha-se então a subdivisão das áreas comuns e a atribuição de títulos de propriedade privada como meio de se evitar perdas de eficiência produtiva. A realização de estudos mais intensivos dos sistemas de posse comunal num quadro analítico mais amplo, assim como o reconhecimento que esses sistemas desempenham múltiplas funções, levaram a uma reavaliação de tais recomendações”. “As perdas de eficiência da posse comunal seriam mais modestas do que o previsto e esta ofereceria bens públicos, sinergias e redução de riscos - pela via da diversificação produtiva - que a propriedade individual não fornece.” (Deininger, 1999) As “falhas institucionais” observadas nos projetos de intervenção tradicionalmente pensados sob a lógica da privatização e da individualização dos “fundos territoriais” teriam resultado em conflitos sociais e degradação dos recursos,

levando os técnicos a repensar a influência de "fatores socioculturais" nas possibilidades de sucesso dos programas de desenvolvimento rural. Passou-se a considerar, assim, a incorporação de regimes de propriedade, uso e acesso a recursos não-privados, tais como os regimes comunais e as comunidades tradicionais, naquelas ações ditas "de desenvolvimento" destinadas a aumentar a produtividade e reduzir a pobreza. Tratou-se, por certo, de admitir e incorporar os sujeitos das áreas de uso comum, segundo, porém, critérios e perspectivas que são próprios aos agentes condutores do projeto desenvolvimentista, o que não coincidiria, por certo, com a perspectiva dos próprios sujeitos tradicionais visados, que, quando em presença de uma esfera pública ativa, buscam fazer-se visíveis tanto a si como a suas culturas, suas territorialidades e perspectivas de futuro.

Este é o caso dos povos e comunidades tradicionais - sujeitos que procuram se fazer visíveis, por meio de diferentes estratégias que visam o reconhecimento de seus direitos territoriais. Entre estes encontramos as quebradeiras de coco nos babaçuais do Maranhão, Pará e Piauí ameaçadas pela expansão das áreas de soja, eucalipto, pecuária, mamona, carvão vegetal para guseiras, assim como pela privatização de campos naturais para a pecuária; quilombolas que enfrentam o avanço das monoculturas, da cana-de-açúcar, do bambu e da pecuária bubalina; faxinalenses no Sul do país que denunciam o cercamento das terras, a perda de livre acesso ao pinhão, a contaminação da água por agrotóxico; os trabalhadores rurais do fundo de pasto no sertão da Bahia que são ameaçados por carvoarias e cercamentos por projetos eólicos; os cipozeiros, que são constrangidos pelo fechamento do acesso ao cipó nas áreas privatizadas; os pantaneiros, que são atingidos pelo cercamento de terras comunais; as mulheres do arumã, afetadas por madeireiros e pelo turismo.

Como sustentava Furtado (2000), o Estado, em nome de uma visão política nacional, pode tomar medidas situadas fora da lógica dos mercados, como o fez quando evitou importar borracha a preço baixo para evitar o esvaziamento demográfico da Amazônia, nos anos 1920. Neste e noutros casos, o conceito de

“produtividade social” veio justificar a escolha prevalente de critérios políticos extra-mercantis sobre a lógica de mercado na busca de bem-estar coletivo. Não sacrificar a sociodiversidade e os grupos vulnerabilizados pelos efeitos danosos e inigualitários das mudanças climáticas, por exemplo, seria hoje o desafio da construção democrática de uma sociedade que busca superar a persistente desigualdade que a caracteriza.

### Considerações finais

Segundo o filósofo Gaston Bachelard (1994), só uma pluralidade pode durar: um processo homogêneo, diz ele, não é jamais evolutivo. Neste sentido, só uma combinação compatível de práticas espaciais pode se reproduzir no tempo – à condição, por certo, de que umas não sacrifiquem as demais. O que tem garantido que as grandes corporações possam arriscar o esgotamento de suas próprias bases de recursos é o fato que tenham conseguido avançar no território, numa fuga para adiante, expropriando as bases de recursos de terceiros. O devir de uma pluralidade, lembra o filósofo, é polimorfo. A reprodutibilidade das práticas espaciais – é o que sustentam, por sua parte, os promotores das lutas contra a desigualdade ambiental que caracteriza nosso modelo de desenvolvimento - só se pode dar numa combinação apropriada e compatível de diferentes modos de uso do espaço e de seus recursos. Ou seja, todo o contrário do que temos visto acontecer na América Latina contemporânea – onde, em nome da competitividade internacional das economias - monoculturas vieram substituir áreas ocupadas por pequenos agricultores, a grande mineração veio comprometer a presença de povos e comunidades tradicionais, indústrias sujas ampliam suas ameaças às condições de moradia dos trabalhadores urbanos que vivem em suas proximidades e projetos de “extrativismo verde” – em nome da dita “transição energética” - ameaçam pequenos produtores rurais e comunidades pesqueiras.

A sociologia pragmática sugere que, em condições de vitalidade democrática, os sujeitos sociais exprimem sua constante inquietação sobre “o que é, o que importa e o que vale” em busca da construção de um mundo que se quer comum (Boltanski, 2009). Questiona-se o sentido semântico do vocabulário empregado e o valor do que importa cuidar e construir. Examina-se e rediscute-se as assimetrias nas relações de poder, assim como as implicações culturais e socioterritoriais das práticas implementadas em nome do desenvolvimento. Quando expressa, a crítica do desenvolvimento tende a introduzir incerteza naquilo que é dado – ou seja, no pressuposto de que desenvolver quer dizer produzir bens para exportação e obter divisas, ao mesmo tempo em que se eleva o volume do consumo material induzido pelos esforços publicitários de venda e pela obsolescência programada das mercadorias que alimenta os depósitos de lixo eletrônico, de vestuário e de plásticos que penalizam os grupos não-brancos que habitam as chamadas “zonas de sacrifício”. A incerteza incidiria, assim, sobre a semântica - o sentido da noção de progresso - e sobre a valoração - sobre aquilo que importa, que tem valor.

Para Edward Said, uma das principais atividades do campo intelectual é a de questionar o consenso em torno da objetividade dos fatos, da pretensão de se afirmar como universal o ponto de vista particular dos dominantes. Ao intelectual, diz ele, não caberia “mostrar que está certo, mas tentar induzir uma mudança no clima moral do debate, de modo a que a punição injusta de povos ou indivíduos seja evitada, que o reconhecimento dos direitos seja estabelecido como norma para todos e não para um punhado de eleitos” (Said, 2005:102). O “desenvolvimento”, por exemplo, é apresentado como bom para todos – a nação, os empresários e o povo. No entanto, a desconsideração corrente do ponto de vista dos que são atingidos pelos impactos do desenvolvimento supõe uma hierarquização de direitos e culturas, tendo a cultura desenvolvimentista precedência sobre as demais. Participam desta hierarquização danosa aqueles que aderem ao realismo político da necessidade de afirmação do país na competição internacional, que fecham os olhos para a negação de direitos aos

atingidos, que adotam a estrutura conceitual do desenvolvimentismo governamental e empresarial, que disseminam as verdades construídas sobre a benignidade coletiva dos projetos de investimento, que negam aos atingidos direitos iguais aos dos beneficiários dos negócios do desenvolvimento, que estabelecem hierarquias entre os diferentes ou as dissimulam sob a retórica do bem comum, quando o que está em jogo são recursos econômico-territoriais e poder estratégico para capitais e Estados. É frente a isto que as populações atingidas pelo projeto desenvolvimentista estão permanentemente a colocar a pergunta sobre o que é o desenvolvimento, sobre o que importa e o que vale.

## Referências

BACHELARD, G. A dialética da duração. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BOLTANSKI, L. De la Critique – précis de sociologie de l'émancipation, NRF Essais, Gallimard, Paris 2009.

BOSERUP, E. Evolução agrária e pressão demográfica, São Paulo: Hucitec, 1987.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito histórico de desenvolvimento econômico, Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.18.ConceitoHist%C3%B3ricoDesenvolvimento.31.5.pdf>, acesso em 11/01/2016.

CASTRO, M. I. M. GALETTI, Lilia de S. G., Diagnóstico e avaliação do setor florestal brasileiro – Histórico dos usos dos recursos florestais em Mato Grosso, ITTO/IBAMA/FUNATURA, Cuiabá, 1994

DEININGER, K. The Evolution of the World Bank's Land Policy: Principles, Experience, and Future Challenges. Washington D.C., The World Bank, 1999.

ESCOBAR, A. La Invención del desarrollo, Editorial Universidad del Cauca, 2ª. Edición, Popayán, 2014.

FURTADO, C. O Mito do Desenvolvimento Econômico, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1973.

FURTADO, C. O fator político na formação nacional. *Estudos Avançados*, v. 14, n.40. São Paulo: Edusp, p.7-11, 2000.

GIFFONI PINTO, R. Conflitos sócio-ambientais na Baía de Guanabara: ações coletivas e demandas de reparação e direitos nas comunidades de pesca de Magé/RJ. Relatório de Pesquisa, 2010, mimeo.

HARDIN, G. “The Tragedy of the Commons”, *Science*, 162, 1243-1248, December 1968.

MARSICO, J. C. da S.; BOZELLI, R. L.; SANTOS, L. F. dos; LOPES, L. Freire; FERREIRA, A. Impactos ambientais da exploração e produção de petróleo na Bacia de Campos, IV Encontro Nacional da Anppas, 4,5,6 de junho de 2008, Brasília, DG.

OSTROM, E. **Governing the Commons**, Cambridge University Press, Cambridge 1990

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental AHE Belo Monte, Brasília, 2009.

SACHS, W. The Archeology of the Development Idea – six essays, Pennsylvania State University, Science, Technology and Society Program, mimeo., 1989.

SAHLINS, M. A primeira sociedade de afluência, in Carvalho, E. A. (org.), *Antropologia Econômica*, São Paulo, Livraria Ciências Humanas, 1978, pp. 7-44.

SAID, E. W. “Falar a verdade ao poder”, in E. W. Said, *Representações do intelectual*, as conferências Reith de 1993, Cia. das Letras, São Paulo, 2005, p. 89-104.

SMITH, H. Do Rio de Janeiro a Cuyaba: notas de um naturalista, 1922,

SIMOENS da SILVA. A. C. *Cartas Mattogrossensis*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927

### **Agradecimentos**

Ao CNPq, Bolsista de Produtividade em Pesquisa SR.

---

Disponibilidade dos dados:

Os dados da pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo

---

